EMBARCANDO FLORESTAS

Milhões de toneladas de madeira ilegal de Moçambique, incluindo madeira de conflito, são exportadas para a China para móveis de luxo




Crédito: EIA UK

ÍNDICE

Resumo executivo 2

Moçambique-China: A ligação da Madeira 3
Caixa 1: Pau-Preto e outras espécies listadas na CITES 4

Registo e lavagem de madeira insurgente 6
Cabo Delgado, a insurgência e a madeira de áreas de conflito 6
O centro de lavagem de madeira 7
Caixa 2: "Cabeça Grande" 8

Exportação de madeira insurgente e troncos ilegais 11
Quando um embargo à exportação de toras colapsa 11
A cadeia de alta corrupção sistematizada 12
A saída de Moçambique: O papel das linhas de transporte marítimo 12
Caixa 3: O caso dos contentores roubados e um leilão aparentemente encenado 15

Para venda na China 16
Mobiliário de luxo 16
G20: Líderes mundiais sentados em madeira sombreada 19

Conclusão 19

Recomendações 20

Referências 21

RECONHECIMENTO

O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade da EIA US e não reflete necessariamente as posições de quaisquer participantes. As fontes para o relatório são os relatórios de investigação interna da EIA, fotos, evidências de áudio e vídeo recolhidas durante a investigação; bem como informações adicionais partilhadas por parceiros.

A EIA gostaria de agradecer a Rhizome-Insights, Sayari e à Dra. Maureen Moriarty, que foram fundamentais no desenvolvimento deste projeto.

SOBRE A EIA

Há mais de 30 anos, como organização sem fins lucrativos, a EIA tem sido pioneira no uso de investigações secretas para expor crimes ambientais em todo o mundo. Relatórios de inteligência, provas documentais, experiência em campanhas e uma rede internacional de defesa permitem à EIA alcançar uma justiça ambiental de grande alcance ao amplificar as vozes locais, estimular mudanças na procura de mercado, política governamental e fiscalização relacionadas com o comércio global de produtos florestais, vida selvagem e outros produtos ambientais.

EIA US
PO Box 53343
Washington DC 20009
USA
T: +1 202 483-6621
E: info@eia-global.org

us.eia.org

Design: www.designsolutions.me.uk

Capa frontal: © EIA

© Environmental Investigation Agency, Inc. 2024

Salvo indicação em contrário, as fontes do relatório são os relatórios de investigação interna da EIA, fotos, provas de áudio e vídeo recolhidas durante a investigação.



Crédito: EIA UK

RESUMO EXECUTIVO

A investigação plurianual da Agência de Investigação Ambiental (EIA) em Moçambique indica que o comércio de madeira, impulsionado por milhões de dólares em exportações anuais para a China, viola a proibição de exportação de toros ao mesmo tempo que financia insurgentes violentos na província de Cabo Delgado. De acordo com as conclusões da EIA, a lavagem de madeira de zonas de conflito torna-se viável devido à corrupção sistémica no setor da madeira, enquanto o comércio entre Moçambique e China depende das principais linhas de transporte marítimas globais.

A investigação da EIA centrou-se no comércio de madeira saqueada de Moçambique e no financiamento dos insurgentes terroristas da Ahlu Sunnah Wal Jamaah (ASWJ) que têm desestabilizado a província de Cabo Delgado na última década. Comerciantes branquearam madeira ilegal assim como madeira provavelmente comprada de insurgentes, através de esquemas de processamento e comércio localizados no Distrito de Montepuez na provincia de Cabo Delgado. Este comércio provavelmente beneficiou os insurgentes ao mesmo tempo em que exacerbou a rápida degradação florestal do país.

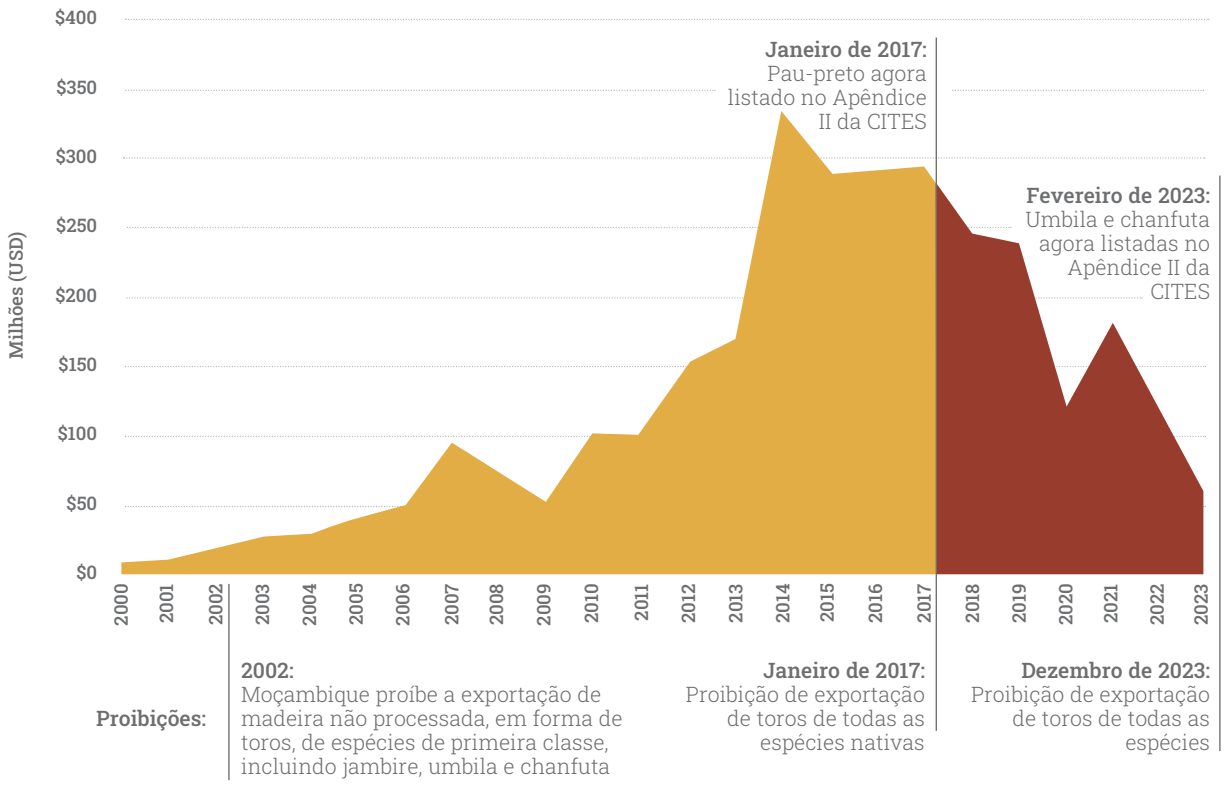
O ex-ministro do Ambiente Celso Correia estimou que o país perde meio bilião de dólares por ano devido ao abate ilegal de árvores.[1] Ao longo dos anos, Moçambique tem tomado medidas para conter a exploração insustentável e ilegal de madeira, incluindo moratórias de exploração florestal e múltiplas proibições de exportação de toros de 2002 até o presente momento. Apesar destas múltiplas formas de proteção, o saque da floresta continua, à medida que os comerciantes de madeira a traficam, explorando a instabilidade crónica e corrupção em Cabo Delgado, a diligência limitada e supervisão das linhas de transporte internacionais, e o ambiente de importação de madeira pelos chineses sem questionamentos. As conclusões da EIA indicam que mais de 89% das exportações de madeira (por peso) de Moçambique para a China de 2017 a 2023, equivalente a 3,7 milhões de toneladas ou US$1,3 bilhões, foram enviadas em violação da lei de proibição nacional de exportação de toros. A madeira, comprada de madereiros por poucos dólares, é eventualmente vendida na China como pisos e mobiliário de alta qualidade, avaliados em dezenas de milhares de dólares nas lojas de luxo de Shang Xia.

De acordo com a pesquisa da EIA, as principais companhias de navegação, incluindo a CMA-CGM, a Maersk e a MSC, desempenharam um papel importante no transporte de milhões de toros ilegais de Moçambique para a China, alguns dos quais era madeira de regiões de conflito de Cabo Delgado. Neste contexto, a EIA apela às companhias de navegação e aos países importadores, como a China, para mudarem o seu modus operandi atual e ajudarem a apoiar as autoridades moçambicanas a pôr fim a este comércio ilegal, respeitando as leis internas e as obrigações dos tratados internacionais.

MOÇAMBIQUE-CHINA: A LIGAÇÃO DA MADEIRA

As florestas de Moçambique cobrem quase metade do país.[2] Moçambique também está a registar um rápido desmatamento, com a cobertura florestal a diminuir de 88% em 1980 para 43% em 2020, com uma perda média de mais de um quarto de milhão de hectares por ano.[3] O inventário florestal nacional mais recente, em 2018, citou diminuicao acentuadas nas populações de espécies de alta procura, particularmente jambire (*Millettia stuhlmannii*), umbila (*Pterocarpus angolensis*), mopane (*Colophospermum mopane*) e pau-preto (*Dalbergia melanoxylon*). O inventário não conseguiu documentar quaisquer árvores de nkula (Pterocarpus tinctorius) em pé que tivessem atingido o diâmetro mínimo para corte permitido,[4] sublinhando a insustentabilidade das práticas de colheita atuais. Na sua avaliação de 2020 do pau-preto, a IUCN reportou um declínio na viabilidade e regeneração da espécie em Moçambique, e notou um aumento da pressão sobre a espécie impulsionada em parte pela exploração ilegal e procura no estrangeiro.[5]

O corte ilegal de madeira e o comércio são uma fonte de um rendimento estimado de US$2 milhões por mês para os insurgentes.



Fonte: EIA, com base em dados das alfândegas chinesas, acedidos em TDM

Imagem 1
As importações de madeira moçambicana em toros não processados, pela China, e cronograma de controles de exportação.

CAIXA 1.

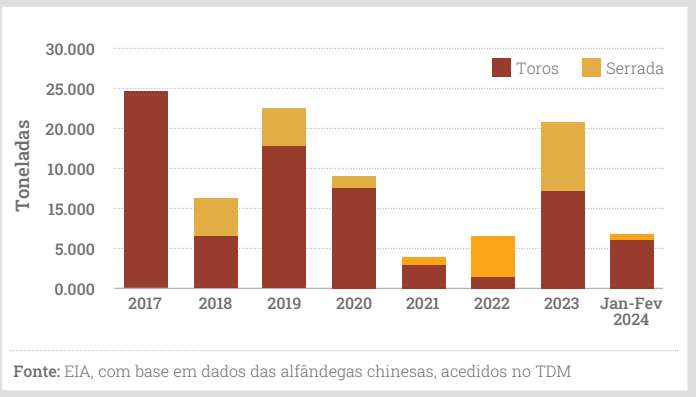
PAU-PRETO E OUTRAS ESPÉCIES LISTADAS NA CITES:

São comercializados em violação da convenção internacional?

Pau-preto (*Dalbergia melanoxylon*), também conhecido como African blackwood, e ziguang tan ou dongfei heihuang tan (紫光檀/东非黑黄檀) em chinês, tem sido uma das espécies de madeira mais valiosas do mundo.[6,7] Nos tempos antigos, a madeira era esculpida em tronos e objetos funerários para os faraós egípcios.[8] INas últimas décadas, a grande maioria do comércio de pau-preto tem sido destinada ao uso em móveis de luxo e artesanato fino na China, onde a madeira é classificada como um precioso pau-rosa conhecido como hongmu.[9,10] Tanzânia e Moçambique são os dois últimos países com populações comerciais de pau-preto.[11] Tal como acontece com muitas outras espécies de Hongmu, o pau-preto foi sobre-explorado, levando à sua designação juntamente com todo o género Dalbergia no Apêndice II da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES) em 2016[12] (efetivo em janeiro de 2017) para melhor monitorar e controlar o seu comércio.

De acordo com a investigação da EIA, a China importa a grande maioria do pau-preto de Moçambique, principalmente de Cabo Delgado, uma das poucas províncias com volumes significativos da espécie.[13,14] Os dados aduaneiros corroboram ainda mais isto, mostrando muito poucas importações chinesas de Hongmu no geral da Tanzânia. A China importou 78.000 toneladas de troncos de Hongmu de Moçambique entre janeiro de 2017 e 2023 (ver Figura 2), em comparação com 580 toneladas da Tanzânia .[15]

A partir de fevereiro de 2023, a Chanfuta e a Umbila (que por vezes é comercializada na China como um substituto mais barato para o hongmu)[16] também foram listadas no Apêndice II da CITES.[17] Para exportar estas espécies legalmente, as autoridades moçambicanas devem primeiro ter realizado um estudo de determinação de não prejuízo (NDF) para mostrar que o comércio não ameaça a sobrevivência das espécies, e emitido licenças para os volumes contidos em cada envio individual das espécies. De acordo com a pesquisa da EIA, não foram realizados estudos NDF válidos para esta espécie em Moçambique.[18,19] Se não foi realizado nenhum NDF, por definição qualquer envio de pau-preto (ou outras espécies listadas no Apêndice II da CITES provenientes de Moçambique) violaria o tratado internacional.



Fonte: EIA, com base em dados das alfândegas chinesas, acedidos no TDM

Imagem 2
Importações de pau-preto da China a partir de Moçambique (2017-Fev 2024, toneladas)



Pau-preto cortado na região de Ancuabe-Meluco, Cabo Delgado.



Trono do rei Tutankhamen.[20]

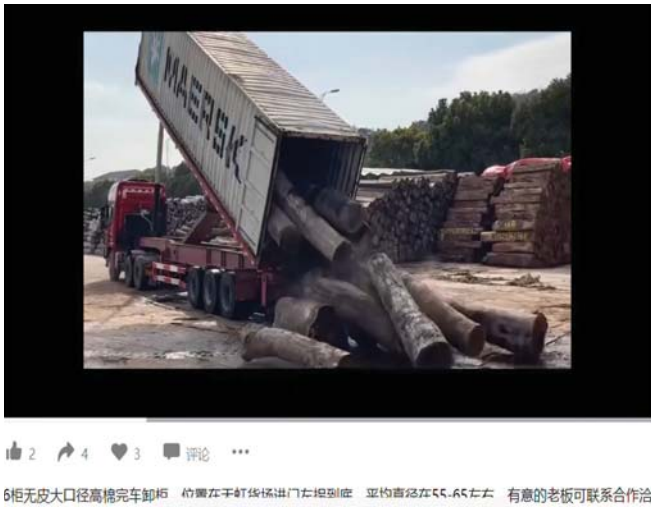
Os laços da China com Moçambique remontam à década de 1960, quando forneceu assistência militar na guerra de independência colonial moçambicana. Ao longo de décadas, a China manteve relações amigáveis com o país recém-independente, fornecendo ajuda, financiamento e construindo infraestruturas, e incentivando o investimento empresarial chinês em Moçambique. À medida que a economia doméstica da China começou a crescer rapidamente na década de 1990, também cresceu a sua demanda por e dependência de recursos naturais importados. A partir de 2000, a política "Go Out" da China incentivou ainda mais os comerciantes chineses a estabelecerem negócios extrativos e de infraestruturas no exterior.[21] Em paralelo, Moçambique, tal como muitos países africanos com florestas, começou a exportar a maioria da sua madeira para a China, a maior parte dela em oros, não processados.[22]

A madeira desempenha um papel vital na relação comercial entre os dois países, uma vez que é a segunda maior mercadoria exportada de Moçambique para a China em volume, depois do minério de titânio.[23] Como um dos cinco principais exportadores de madeira africanos, entre 2014 e 2022, Moçambique exportou mais de sete milhões de toneladas de madeira, das quais seis milhões foram para a China. Desde novembro de 2015, aproximadamente 80-95% da madeira que a China importa de Moçambique, totalizando mais de 4,5 milhões de toneladas até à data, tem sido não processada.[24] Ao longo dos anos, Moçambique tem tomado diferentes medidas para conter a exploração insustentável e ilegal de madeira. Estas incluíram moratórias sobre a extração de madeira[25] e "Operação Tronco", uma operação especial de fiscalização para apreender madeira ilegal.[26] A reforma mais abrangente é a proibição nacional de exportação de toros. Uma proibição de exportação de espécies não processadas e de alto valor "Classe-1" foi originalmente adotada em 2002.[27] Em dezembro de 2016, esta proibição foi expandida para cobrir todas as espécies nativas, com efeito a partir de 1 de janeiro de 2017.[28] Em dezembro de 2023, o governo aprovou uma nova Lei Florestal que fortifica ainda mais a proibição de exportação de toros para todas as espécies, tanto nativas como de plantação.[29] Além da proibição de exportação de toros, em 2018, o então Ministro do Ambiente, Correia, ordenou a proibição de exportação, em qualquer forma, das três espécies de madeira de alta procura: jambire, Umbila e Chanfuta.[30]

Apesar destas múltiplas formas de proteção, o saque da floresta continua. Como investigações anteriores da EIA expuseram a exploração ilegal generalizada em Moçambique, com espécies protegidas sendo visadas por exploradores e traficantes ilegais.[31] As restrições à exportação de toros não parecem ter desviado significativamente o setor florestal da exportação de matéria-prima para o exterior.[32] A imagem 1 mostra que as importações de toros chineses continuaram em grande parte sem impedimentos por cada proibição progressiva à exportação de toros. Em 2017, o Ministro do Ambiente, Celso Correia, descreveu a situação como sendo nada menos do que uma "guerra" contra o "crime organizado".[33] O Ministro estimou que a exploração ilegal de madeira custava ao seu país mais de meio bilião de dólares por ano.[34]

As seguintes secções descrevem como o comércio ilegal de madeira entre Moçambique e China tem dependido e alimentado a corrupção sistémica e uma insurgência violenta, tornando-se um dos fluxos de madeira mais problemáticos do mundo.





Crédito: Weixin

Imagem 3 (esquerda)
Captura de ecrã de uma publicação nas redes sociais de um trader-importador chinês mostrando trabalhadores moçambicanos a carregar toros de pau-preto em contentores para o negócio comercial localizado na China, publicado em setembro de 2023.

Imagem (direita)
Captura de ecrã da publicação nas redes sociais de um comerciante-importador chinês mostrando a descarga de 6 contentores de toros de Umbila de Moçambique no pátio da sua empresa na província de Jiangsu, China, publicada em junho de 2023.

REGISTO E LAVAGEM DE MADEIRA INSURGENTE

Cabo Delgado, a insurgência e a madeira de áreas de conflito

Cabo Delgado é a província mais ao norte de Moçambique e, com quase metade do seu território coberto por florestas, é uma das principais províncias produtoras de madeira do país.[35] As espécies comerciais principais que crescem na província são jambire, umbila, chacate preto e pau-preto. Metade das concessões em Cabo Delgado são propriedade de chineses, e praticamente nenhuma empresa moçambicana está envolvida na exportação de madeira.[36]

Desde outubro de 2017, o grupo "Ahlu Sunnah Wal Jamaah" (ASWJ), também conhecido localmente como "Al-Shabab" (distinto do Al-Shabab na Somália), e agora ligado ao Estado Islâmico,[37] liderou uma insurgência violenta na província. Tem perpetrado ataques indiscriminados contra civis, incluindo execuções extrajudiciais, escravidão sexual, recrutamento de crianças-soldados e destruição de infraestruturas civis.[38] Em setembro de 2023, mais de 6.500 pessoas tinham sido mortas e mais de 830.000 deslocadas.[39,40]

A insurgência começou nos distritos nordestinos de Cabo Delgado, Macomia, Mocimboa da Praia e Palma,[41] e espalhou-se para sul e oeste da província, bem como para províncias vizinhas em 2021 e 2022. Enquanto os insurgentes ocuparam e/ou realizaram ataques em quase todos os distritos de Cabo Delgado,[42] o nordeste tem permanecido como o bastião da insurgência, com as áreas a norte de Montepuez e Pemba, e a leste de Mueda, a acolherem mais de 90% dos ataques dos insurgentes entre 2020 até à data no início de 2024.[43]

Hoje, grandes áreas do nordeste e leste de Cabo Delgado, incluindo os distritos de Nangade, Muidumbe e Macomia, permanecem fora do alcance do governo e vulneráveis a ataques.[44] Uma análise recente destaca que o estado está praticamente ausente, com funcionários públicos e oficiais concentrados exclusivamente nas sedes distritais.[45]

Os insurgentes são conhecidos por se envolverem ou cobra taxas do comércio ilícito de drogas, rubis, marfim e madeira, para financiar as suas atividades.[46,47] Embora o tráfico de drogas, pedras preciosas e madeira em Cabo Delgado preceda a insurgência,[48] os insurgentes da ASWJ aproveitaram-se deste comércio ilícito para "alimentar e financiar a reprodução da violência."[49] Em dezembro de 2023, o governo de Moçambique publicou os resultados de uma avaliação nacional de risco sobre o financiamento do terrorismo, que inclui múltiplas referências ao envolvimento da ASWJ no "contrabando de produtos da fauna e flora," incluindo madeira, e "exploração de recursos florestais e da vida selvagem," contribuindo para um "nível muito alto de angariação de fundos" para o grupo insurgente.[50] O corte ilegal de madeira e o comércio são uma fonte de um rendimento estimado de US$2 milhões por mês para os insurgentes.[51]

Os investigadores foram informados por uma fonte bem posicionada que 30% da madeira cortada em Cabo Delgado está em alto risco de provir de florestas ocupadas por insurgentes.

As conclusões da investigação da EIA indicam ainda que o comércio ilegal de madeira em Moçambique, impulsionado em grande parte pela procura e intermediários comerciais chineses, tem contribuído para financiar os insurgentes. Fontes confirmaram que os carregamentos de madeira tinham origem em florestas controladas e cortadas por insurgentes em Cabo Delgado.[52] Os investigadores foram informados por uma fonte bem posicionada que 30% da madeira cortada em Cabo Delgado está em alto risco de provir de florestas ocupadas por insurgentes.[53] Fontes relataram quatro principais áreas florestais em Cabo Delgado onde ocorreram cortes e vendas de madeira:

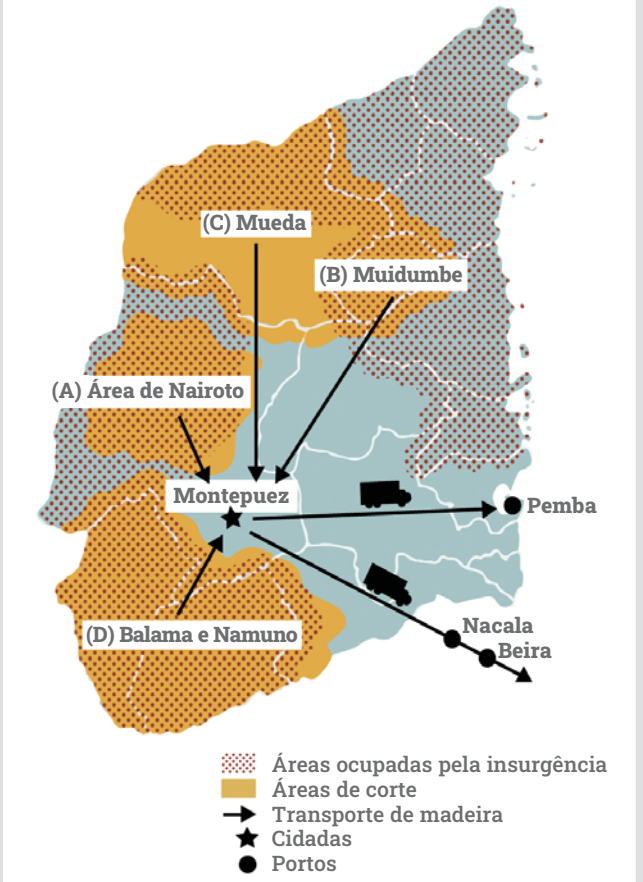
- Primeiro, ataques insurgentes na **área de Nairoto, no distrito de Montepuez** (Ver "A", Imagem 5; os limites são aproximados) foram documentados no final de 2022 e início de 2023,[54,55] e várias fontes confirmaram a existência de áreas de exploração madeireira ocupadas por insurgentes e pontos de recolha de madeira em, e perto de, Nairoto entre 2021 e 2023. Estas fontes descreveram como os insurgentes se estabeleceram numa parte de Nairoto, alegadamente perto da fronteira com o Malawi, e, necessitando de fundos, cortaram e venderam madeira a comerciantes locais. Os investigadores foram informados de que os insurgentes têm o cuidado de usar intermediários, por vezes transportando madeira de um lado para o outro entre os pontos de corte e de recolha de madeira em motociclos, para obscurecer a origem da madeira.[56] Todas as fontes afirmaram que a madeira seria vendida em Montepuez a empresas chinesas de madeira, incluindo a CAM e a MOFID – ambas conhecidas por serem atores nefastos de longa data no negócio,[57,58] bem como a um indivíduo referido como "Cabeça Grande."

- Em segundo lugar, a exploração madeireira, a insurgência e a corrupção oficial intersectam-se na **área de Muidumbe** ("B", Imagem 5), incluindo os distritos de Muidumbe, Meluco e Quissanga. O distrito de Muidumbe

em particular tem sido alvo de ataques brutais por insurgentes ou totalmente controlado pela insurgência desde o início de 2020.[66] Os monitores de conflitos registaram mais de 120 ataques insurgentes em Muidumbe entre 2020 e 2024,[67] e continua a ser listado por monitores de conflitos independentes como uma zona "ingovernável".[68,69] Esta área é também densamente florestada, com atividade de exploração madeireira em curso,[70] e é o lar de um dos maiores concessionários florestais de Cabo Delgado, a MITI Lda.[71] A Sra. Isabel Nkavandeka, antiga Ministra dos Assuntos Parlamentares e influente membro do partido Frelimo,[72] também possui uma concessão florestal de 10.000 hectares em Muidumbe,[73] que fontes confirmaram estar ainda em funcionamento em 2023 e a vender espécies como Umbila e jambire.[74] Fontes disseram à EIA que a Sra. Nkavandeka obtém rendimentos vendendo a madeira colhida na sua concessão a comerciantes, e que ela não tem controle sobre quais outras fontes de madeira os comerciantes misturaram com a madeira da sua concessão antes de exportar os carregamentos. O alegado uso corrupto da sua licença de exportação para encobrir envios ilícitos de madeira para a China foi relatado em 2021, quando 102 contentores de madeira foram contrabandeados e enviados para a China, antes de as ações de fiscalização terem interrompido com sucesso o comércio e os terem repatriado (ver Caixa 3). Nove indivíduos foram detidos e alegadamente acusados, incluindo o empresário chinês que exportava a madeira supostamente utilizando a licença de exportação da Sra. Nkavandeka; mas, segundo o conhecimento da EIA, a Sra. Nkavandeka não foi acusada, nem a sua concessão ou licença de exportação foram suspensas.[75,76] Fontes citaram adicionalmente a madeira cortada por insurgentes em florestas controladas por insurgentes em Meluco e Quissanga, que foi então comercializada para negociantes chineses em Montepuez.

- O terceiro é **o distrito de Mueda** ("C" Imagem 5), lar de centenas de milhares de hectares de licenças de exploração florestal comercial, e uma área ativa principal de atividade das empresas madeireiras chinesas em particular.[77] Embora partes do distrito tenham sido alvo de ataques insurgentes,[78] Mueda tem beneficiado em grande parte da proteção das forças militares lideradas pela África do Sul e Ruanda, convidadas em julho de 2021 a pedido do Presidente Nyusi para complementar o exército moçambicano.[79] A relativa segurança de Mueda aumentou a importância da estrada nacional que liga Mueda a Montepuez, onde a madeira em bruto é embalada e preparada para envio. Várias fontes informaram a EIA sobre pátios de madeira no distrito de Mueda, onde a madeira é trazida de várias fontes, independentemente da sua legalidade. De acordo com fontes da EIA, a madeira é transportada das áreas de recolha de Mueda para serrarias em Montepuez, por vezes escondida no porão de autocarros (Imagem 6).[80]

- Em quarto, nos **distritos a sul da província** ("D" Imagem 5) e **logo após a fronteira em Napai, na vizinha província de Nampula**, fontes públicas[81] e fontes da EIA relataram a ocorrência de corte ilegal de madeira em concessões não licenciadas, e a madeira proveniente dessas áreas sendo levada para seus estaleiros de madeira de propriedade chinesa em Montepuez. Esta zona sul de Cabo Delgado, e Ancuabe em particular, enfrentou uma onda de ataques insurgentes em 2022 e no início de 2024.[82] Várias fontes entrevistadas pela EIA afirmaram que estes distritos



Fonte: Análise EIA de ACLED e entrevistas

Imagem 5
Onde as vendas de madeira de insurgência e as áreas de recolha de madeira se sobrepõem em Cabo Delgado.

eram as fontes da madeira referida acima que foi contrabandeada em 102 contentores em 2020, incluindo espécies que foram proibidas para exportação (Ver Caixa 3).[83]

O centro de lavagem de madeira

Montepuez, a capital do distrito que partilha o seu nome, é a segunda maior cidade de Cabo Delgado. O distrito tornou-se um importante centro de mineração e comércio desde a descoberta de um dos maiores depósitos de rubis do mundo em 2009.[84] De acordo com a investigação da EIA, a cidade também desempenha um papel crucial na indústria madeireira e tornou-se um centro para a lavagem de madeira ilegal e ligada a insurgentes.

Os investigadores foram informados de que Jambire, Umbila e outras espécies de madeira são recolhidas de diferentes pontos de recolha na província, "uma boa parte" das quais foram cortadas em concessões florestais não licenciadas e florestas comunitárias.[85] Nas serrarias, a madeira ilegal e de conflito é processada juntamente com materiais legais.



Imagem 6
Estação de autocarros de Mueda onde pequenos pedaços de madeira são transportados em pequenos pedaços nas cabinas dos autocarros.

CAIXA 2.

"CABEÇA GRANDE"

As atividades de um empresário chinês do setor da madeira conhecido como "Cabeça Grande" na exploração ilegal de madeira - incluindo pau-preto e Chanfuta do parque nacional das Quirimbas em Cabo Delgado - têm sido reportadas há anos.[59] O chamado "Cabeça Grande" é o Sr. Yu Guofa, um bem-sucedido comerciante chinês de madeira e minerais com concessões mineiras perto de Montepuez, sob o nome comercial Success Investment.[60] Fontes informaram a EIA de que também possui concessões florestais em Chapa, no distrito de Montepuez, e nas áreas de Mueda e Nangade.[61] Em conversas com investigadores da EIA, o Sr. Yu admitiu que aproximadamente 50% da madeira que ele negocia não é processada. Negociar madeira não processada viola a proibição de exportação de toros de Moçambique. Ele confirmou que tem negociado Chanfuta e toros não processados de Cabo Delgado para a China e o Vietname desde há anos, e tem ajudado empresas chinesas de comércio de madeira mais pequenas a fazerem o mesmo.[62]

O Sr. Yu disse aos investigadores da EIA que tem relações próximas em curso com o Presidente Nyusi e o ex-General Chipande, um importante apoiante do Presidente e figura altamente influente em Cabo Delgado.[63,64] Outra fonte, próxima do Sr. Yu, disse aos investigadores da EIA que o General ajuda o Sr. Yu com documentos de madeira.[65]



Sr. Yu Guofa.



Crédito: Google Maps (2023), Sawers Cão.

Imagem 7
Imagem de satélite da instalação Sawers Cão em Montepuez.

Como um informante disse à EIA: **"A madeira [...] de proprietários não licenciados está toda misturada com madeira que vem de concessões licenciadas em Montepuez."**

De acordo com várias fontes da EIA, a madeira recolhida é levada para algumas instalações de serração de propriedade chinesa em Montepuez, incluindo a CAM International, a Sawers CAO Ltda e a Smocki.[86] Por trás das paredes destas serrarias, as fontes descreveram os esforços dos trabalhadores das serrações para disfarçar múltiplas formas de ilegalidade, incluindo a exportação de toros, madeiras de primeira classe e espécies do Apêndice II da CITES, misturando madeira ilegal com formas legais de madeira processada antes de carregar a carga nos contentores.[87] Pelo menos dois destes operadores de serracoes têm um longo historial de ilegalidade operacional: O CAM tem sido repetidamente relatado por comprar e negociar grandes volumes de madeira ilegal desde 2013,[88] enquanto uma pessoa com conhecimento das operações locais de madeira disse à EIA que a Smocki é propriedade da conhecida empresa de comércio ilegal de madeira MOFID,[89] e o nome "Smocki" é usado deliberadamente para obscurecer a propriedade da MOFID.

Nas serrarias, a madeira ilegal e de conflito é processada juntamente com materiais legais.

Devido à sua localização estratégica, Montepuez desempenha um papel importante na cadeia de abastecimento. Montepuez é considerado relativamente seguro para negócios estrangeiros, tanto apesar de como por causa da sua proximidade a uma zona de conflito. Os investigadores descobriram que os empresários asiáticos podem estabelecer a sua serração, com segurança suficiente para operar, mas também sob cobertura suficiente devido à insegurança e ao caos na província para operar fora da lei.[90] Estas serrações operam como um centro de consolidação e trânsito de madeira para madeira de toda a província. A madeira é então contentorizada e transportada por camião para o porto de exportação.

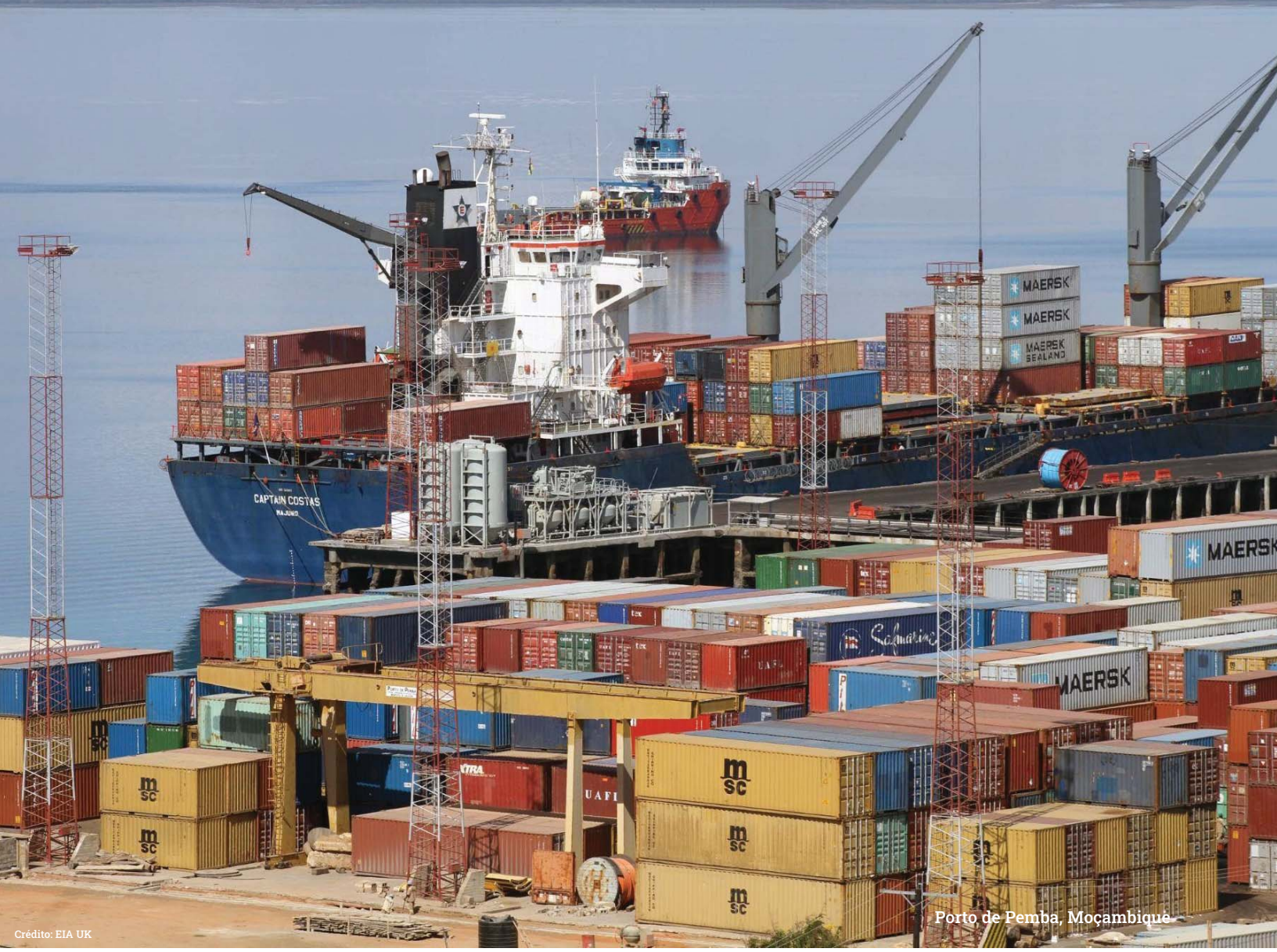
De acordo com várias fontes, a corrupção facilita a movimentação ao longo desta cadeia de abastecimento, e como resultado um número de agências e autoridades toleram a atividade. Alegadamente, comerciantes chineses pagam à polícia e aos soldados de defesa contra a insurgência para olharem para o lado.[91] Fontes afirmaram ainda que indivíduos do partido Frelimo beneficiam do comércio de madeira ilegal e do caos e insegurança causados pela insurgência.[92] De facto, os contentores que transportam madeira ilegal são selados no local das serrarias, requerendo a presença e aprovação de funcionários da Direção Nacional de Terras e Florestas (DNTF) e da Alfândega. Fontes da EIA explicaram que estes funcionários são frequentemente subornados, com uma fonte citando um caso específico em que os funcionários da alfândega presentes foram subornados com aproximadamente US$1250 (80.000 meticais) para aprovar o empacotamento de mais de 80 contentores de toros ilegais, incluindo espécies especificamente proibidas de exportação. (Caixa 3).

À medida que a madeira continua a sua viagem para ser exportada, várias fontes explicaram aos investigadores da EIA que os comerciantes de madeira chineses em Cabo Delgado garantiram direitos especiais para mover a sua madeira contentorizada com pouca ou nenhuma inspeção durante o trânsito entre a sua serração em Montepuez e o porto de Pemba, reduzindo o risco de terem o conteúdo ilegal apreendido (Imagem 7). De acordo com várias fontes da EIA, alguns dos maiores negociantes de madeira chineses, incluindo Sawers Cao, obtiveram autorizações especiais das autoridades para conduzir à noite, apesar do recolher obrigatório (imposto devido à insurgência). Este privilégio de condução noturna permite-lhes evitar pagar alguns subornos que, de outra forma, iriam para os guardas nos postos de controlo durante o dia, e a garantia de menos escrutínio no porto quando os camiões chegam nas primeiras horas da manhã.



Crédito: Estacio Valoi

Imagens 8 e 9
Camiões chineses a transportar madeira dos pátios de propriedade chinesa em Montepuez, em direção a Pemba, em contentores da UAFL. Nov 2021.



Crédito: EIA UK

Porto de Pemba, Moçambique

EXPORTAÇÃO DE MADEIRA INSURGENTE E TRONCOS ILEGAIS

> **"Estes são recursos protegidos por legislação e política para que possam beneficiar o povo de Moçambique e, por isso, todos estes esquemas estão a enganar o país."**
>
> Oficial em Cabo Delgado

Quando um embargo à exportação de toras colapsa

Insurgentes e traficantes têm aproveitado os protocolos de diligência insuficientes por parte das transportadoras marítimas internacionais, incluindo CMA-CGM, APL, Maersk, MSC e linhas de alimentação como a UAFL. De facto, a violação da proibição de exportação de toras moçambicanas parece ter aumentado nos últimos anos. Uma fonte familiarizada com a segurança portuária estimou que aproximadamente 65% dos carregamentos de madeira de Pemba estão a violar uma proibição de exportação.[93] Pemba é o porto de contentores da província de Cabo Delgado e, pelo menos desde 2009, tem sido um dos principais portos do país para exportação de madeira para a China.[94] Nos últimos anos, uma parte da carga de madeira tem sido transportada de camião de Cabo Delgado para ser exportada a partir de portos mais a sul ao longo da costa: Beira, na Província de Sofala, onde

a Maersk tem a sua sede no país,[95] , e Nacala, o porto natural mais profundo na costa leste de África, localizado na província de Nampula.[96]

De acordo com os dados aduaneiros, as toras representaram mais de 90% da madeira negociada entre Moçambique e China de 2017 a 2022 (Figura 10).[97] A análise da EIA mostrou ainda que, entre 2019 e 2021, o principal exportador, a empresa chinesa Jinlong Minxin Madeira, exportou mais de 45.000 toneladas de madeira e provavelmente violou a proibição de exportação de toras de Moçambique pelo menos 497 vezes em remessas para a China. A CAM International, outro grande exportador chinês, exportou mais de 7000 toneladas de toras em violação da proibição de exportação de toras entre 2019 e 2021.[98]

Um pequeno número de espécies domina as centenas de milhares de toneladas de madeira exportadas de Moçambique a cada ano: Jambire, umbila, Chanfuta e pau-preto.[99] Outras espécies comercialmente importantes e frequentemente visadas para corte ilegal incluem Nkula, Mondzo, Pau ferro, Chacate preto (*Guibourtia conjugata*) e mopane.[100,101] Há espécies protegidas, que não podem ser cortadas ou exportadas, e têm sido rotineiramente exportadas de Moçambique.[102] A análise da EIA descobriu que a Jinlong Minxin Madeira exportou pelo menos 6700 toneladas de Mondzo e Nkula, duas espécies proibidas de serem colhidas desde março de 2018.[103]

A cadeia de alta corrupção sistematizada

A investigação da EIA incluiu entrevistas entre 2021 e 2024 com mais de 30 fontes em Cabo Delgado, Moçambique para compreender como a madeira ilegal é cortada e movimentada até à exportação. A grande maioria dessas fontes descreveu subornos e acordos corruptos entre comerciantes privados e funcionários, facilitando o comércio ilícito. As fontes descreveram subornos a fluir de comerciantes chineses para altos funcionários, ao nível provincial e distrital de Cabo Delgado, para agências como as autoridades aduaneiras e fiscais, o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER); e pessoal de segurança e polícia.[104] Segundo várias fontes, o tamanho dos carregamentos de madeira e o nível em que os funcionários são subornados correlaciona-se com a antiguidade da empresa comercial chinesa. Ou seja, as empresas sénior com relações mais estabelecidas, como a CAM International, tendem a enviar maiores quantidades de madeira e a subornar altos funcionários ao nível administrativo provincial e à Autoridade Portuária. A partir desses níveis mais altos, fontes descreveram à EIA a "cadeia de corrupção" que se infiltra pelas escalas até aos funcionários de níveis mais baixos. Entretanto, de acordo com estas fontes, as empresas comerciais chinesas juniores estão menos bem ligadas e também enviam quantidades menores de madeira; pagam diretamente subornos de baixo nível a funcionários de baixo nível, como os dos postos de controle à beira da estrada.

Uma fonte descreveu como os comerciantes subornam os funcionários florestais, alfandegários e fiscais, para que os seus camiões contentores possam descarregar com pouca ou nenhuma inspeção. Com madeira processada ao lado de toros inteiros, o risco de apreensão e confisco é reduzido. De acordo com a investigação da EIA, os camiões provenientes de grandes empresas chinesas são autorizados a passar pelos terminais de Pemba sem inspeção; este privilégio invulgar é obtido de forma corrupta através de subornos a funcionários da segurança, alfândega e autoridades fiscais. Várias fontes confirmam que a documentação de envio para a madeira contentorizada é rotineiramente falsificada para disfarçar a espécie, volumes e forma da madeira.[105]

A saída de Moçambique: O papel das linhas de transporte marítimo

Com base na análise dos dados de importação de transporte marítimo da China a partir de Moçambique, representando mais de 10.000 contentores de remessas de madeira durante os anos de 2019-2021, 71% da madeira enviada de Moçambique foi reservada pelas linhas de transporte CMA-CGM (incluindo a sua subsidiária,



Fonte: EIA, com base em dados da UN Comtrade e da Alfândega obtidos do TD Monitor

Imagem 10
Partilha das importações de madeira e toros da China provenientes de Moçambique.

"O que fazemos é falar com os chineses de forma simpática para conseguirmos a nossa parte do suborno, e eles levam os seus contentores através do porto."

Antigo oficial em Cabo Delgado

American President Lines, "APL"), seguida pela MSC com 16% e 13% pela Maersk (incluindo Maersk-Sealand, "MSL").[106] Das mais de 10.000 remessas, mais de 3000 transportaram madeira explicitamente descrita como sendo em forma de toros, dos quais 85% foram reservadas pela CMA ou pela sua subsidiária, APL.[107] É necessario notar que uma reserva numa transportadora muita das vezes implica o envio de carga diversas vezes a bordo de multiplos navios, alguns dos quais podem pertencer a outros transportadores. Por exemplo, pelo menos 48 envios reservados pela CMA, contendo quase 1300 toneladas de madeira em forma de toros, foram transportados durante parte da viagem a bordo do "Maersk Nacala", um navio de propriedade da Maersk.

Os dados de envio de julho de 2022 a março de 2024 mostraram a CMA e a Maersk (incluindo MSL) como os únicos transportadores para os envios de madeira de Moçambique para a China. Enquanto a CMA foi a transportadora de 100% (um total de 1250 toneladas) da madeira explicitamente rotulada como estando na forma de toros não processados, a EIA acredita ser provável que a Maersk tenha transportado toros nesse período sob códigos e descrições HS mal declarados. Por exemplo, de acordo com as informações de envio, a Maersk enviou "artigos de madeira", sob o código HS 4421 - uma categoria que é usada para vários artigos manufaturados processados e acabados, como auxiliares de utensílios de cozinha e cabides de roupa - 275 vezes entre janeiro de 2023 e março de 2024; no entanto, os dados aduaneiros chineses registaram zero importações dessa categoria nesse período de tempo. Para todos os anos combinados, a CMA-CGM foi a transportadora mais utilizada de madeira não processada de Moçambique.[108]

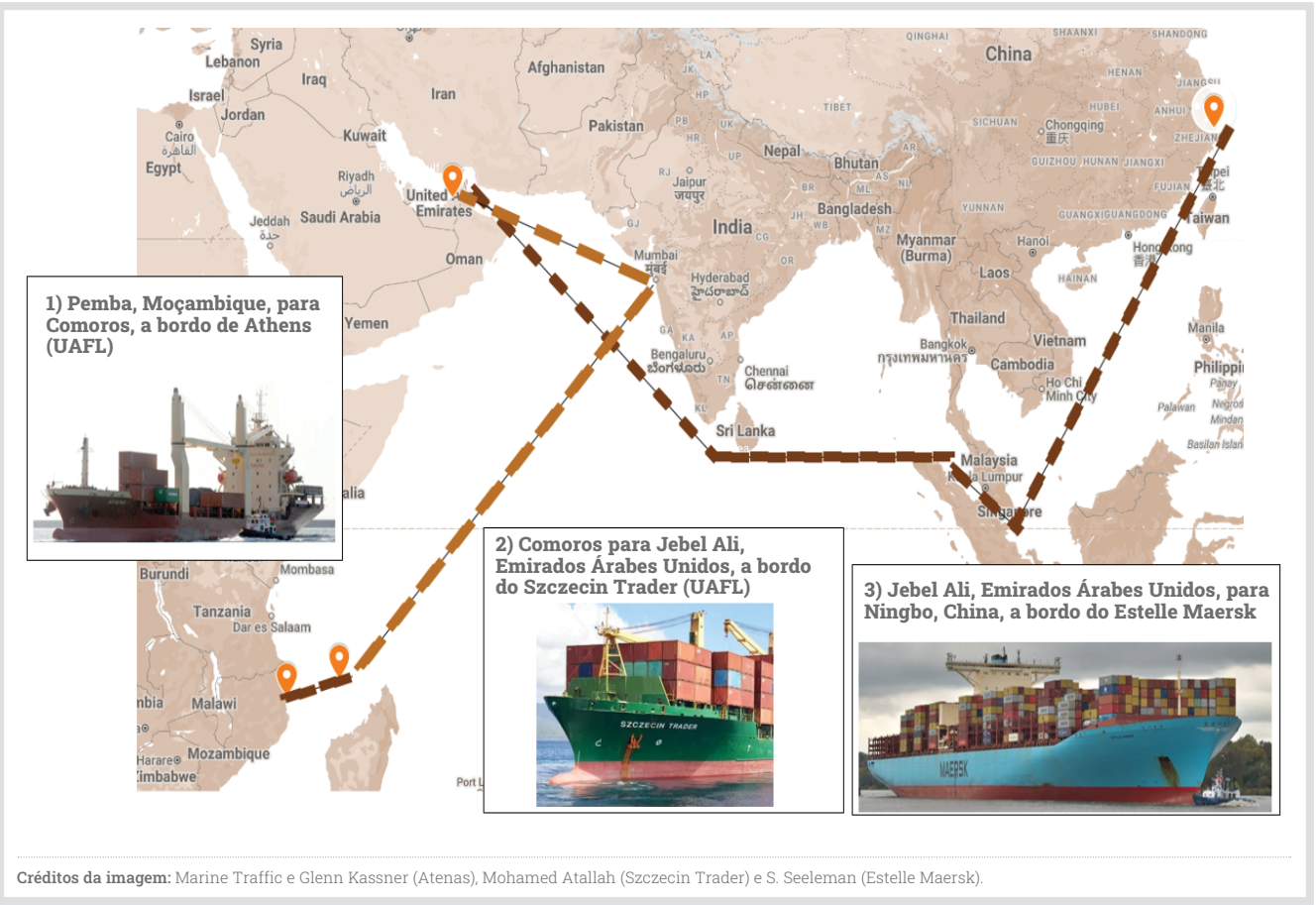
As informações de envio e fontes da EIA indicaram que a maior parte da carga que tinha sido enviada do porto de Pemba estava frequentemente a ser transportada por camião para outros portos de Moçambique, como Nacala e Beira.[109] A carga de madeira restante que ainda está a ser enviada internacionalmente a partir de Pemba é geralmente transportada primeiro pela linha de alimentação UAFL para outros portos de armazenamento, onde os contentores de madeira são transferidos para as principais linhas de transporte marítimo para completar a sua viagem, na maioria das vezes para a China.

A CMA-CGM tem uma cobertura abrangente e de longa data dos portos de Moçambique desde pelo menos 2014.[110,111] De acordo com o site da CMA, a empresa está ciente da gravidade da situação de exploração ilegal de madeira e do comércio relacionado em Moçambique desde 2016,[112] notando especificamente o risco de transporte de toras exportadas em violação das leis de processamento. Da mesma forma, os navios da Maersk transportaram, de forma frequente, madeira tropical não processada de Moçambique para a China, ou na primeira etapa da viagem de Moçambique para um porto principal intermediário, ou para a etapa final chegando à China.[113] Já em 2015, a Maersk reconheceu que os seus navios de Moçambique transportavam madeira ilegal.[114] No entanto, nesse mesmo ano, o gestor de país da Maersk em Moçambique explicou o quão dependentes são os transportadores marítimos das reservas de madeira de Moçambique.[115] Uma fonte da EIA citou a longa prática de comerciantes chineses subornarem o pessoal do porto em Pemba responsável pelo carregamento de contentores cheios de toros nos navios com reservas da Maersk.[116]

Quando lhe foi dada a oportunidade de comentar sobre estes assuntos, a CMA-CGM respondeu: "O Grupo CMA CGM opera em conformidade com todos os regulamentos, políticas e estatutos, e permanece particularmente vigilante no cumprimento dos regulamentos relativos ao transporte de espécies protegidas. [...] O seu aviso é seriamente considerado pela CMA CGM, e vamos realizar investigações e diligências aprofundadas na nossa agência em Moçambique. A partir de hoje, estamos a trabalhar para garantir que não há ligação entre o nosso cliente e o financiamento ilegal.

A Maersk respondeu: "A Maersk não aceitará conscientemente reservas para o transporte vida selvagem e de seus produtos derivados, quando tal comércio for contrário à Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES) ou de outra forma ilegal. A Maersk apenas transporta carga que tenha sido autorizada pelas autoridades do país respetivo e que esteja em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis. Estamos cientes de que houve desafios em Moçambique; no entanto, proibir toda a exportação de madeira afetaria negócios legais, tornando-os incapazes de exportar os seus produtos. [...] A Maersk colabora com autoridades, parceiros da indústria e ONGs para sensibilizar e partilhar informações no combate ao comércio ilegal de vida selvagem, e detectar e investigar envios."

As linhas de alimentação regionais também desempenham um papel importante no transporte de madeira com alto risco de ser ilegal ou madeira de conflito fora de Moçambique. A partir de 2023, a United Africa Feeder Line (UAFL), com sede em Dubai, EAU, era a única linha de transporte de contentores a escalar o porto de Pemba.[117] Como uma linha de alimentação regional, a UAFL liga Moçambique a portos de armazenamento próximos na Tanzânia e nos EAU, onde transfere carga para transportadoras internacionais importantes como a CMA-CGM e a Maersk.[118,119] Como a única linha de contentores a servir Pemba, a UAFL está particularmente exposta ao tráfico ilegal e à insurgência de madeira de Cabo Delgado, tanto através do aluguer de contentores como dos seus serviços de transporte. Por exemplo, em agosto de 2020, mais de 80 contentores carregados a bordo de um navio da UAFL, incluindo 18 contentores diretamente propriedade da UAFL, foram apreendidos pelas autoridades moçambicanas no porto de Pemba por conterem espécies proibidas e toros não



Créditos da imagem: Marine Traffic e Glenn Kassner (Atenas), Mohamed Atallah (Szczecin Trader) e S. Seeleman (Estelle Maersk).

Imagem 11

Exemplo da jornada de envio de um lote de contentores de madeira contrabandeada de Pemba para a China em dez 2020-fev 2021 a bordo de navios da UAFL e Maersk.[123,124,125]

processados.[120] Após as autoridades apreenderem e colocarem estes contentores da UAFL sob custódia, eles foram novamente contrabandeados, recarregados a bordo de um navio da UAFL, e enviados para o mar.[121,122] Isto levanta a questão de quais, se houver, protocolos de diligência devida a UAFL tem em vigor para garantir que madeira ilegal não seja carregada nos seus contentores e enviada a bordo dos seus navios.

Quando foi dada o direito a resposta , a UAFL afirmou que "Estamos cientes da proibição da exportação de toros de madeira de Moçambique e que apenas a exportação autorizada de madeira processada é permitida. A UAFL cumpre totalmente a lei local e internacional. Até onde sabemos e acreditamos, não foram enviados toros com a UAFL. Para garantir isso, a UAFL tem um procedimento interno rigoroso em vigor." A UAFL descreveu estes procedimentos, nos quais "as autoridades locais, nomeadamente a Polícia, o CIS (Departamento de Investigação Criminal), a Alfândega, a Aqua & Mitader para a Floresta estão fisicamente presentes durante o carregamento dos contentores de madeira em Moçambique para garantir que os interesses da carga cumpram totalmente a lei local. Se alguma das autoridades acima mencionadas durante o carregamento não assinar os documentos necessários, a carga não será permitida para carregamento. Uma vez que as autoridades locais tenham verificado o conteúdo do recipiente respetivo à sua satisfação, as unidades são então seladas e autorizadas a ser transportadas para o porto de carga. Uma vez que os contentores estão selados, a linha de transporte não tem permissão para abrir os contentores para verificações adicionais. Confiamos que o acima referido demonstra os esforços especiais e as medidas tomadas para garantir que nenhum produto de madeira ilegal está a ser exportado. Estamos muito interessados em cooperar para garantir que apenas a exportação de madeira legal ocorra."

Os comerciantes subornam os funcionários florestais, alfandegários e fiscais, para que os seus camiões contentores possam descarregar com pouca ou nenhuma inspeção.

CAIXA 3.

O CASO DOS CONTENTORES ROUBADOS E UM LEILÃO APARENTEMENTE ENCENADO

Em janeiro de 2021, as autoridades de Moçambique anunciaram que 102 contentores apreendidos de madeira ilegal tinham desaparecido da custódia do governo. A empresa chinesa Feishang Resources foi mencionada como a proprietária da madeira, e de acordo com fontes públicas e da EIA, esta empresa estava a usar uma licença de exportação "emprestada" do ex-ministro Nkavandeka.[126]

A madeira, que estava na forma de toros não processados, era ilegal para exportar. Agindo com base numa indicação da EIA, as linhas de navegação UAFL e Maersk trabalharam com as autoridades de Moçambique para ter muitos destes contentores devolvidos durante o verão de 2021. Em novembro, 73 contentores estavam de volta a Pemba.[127]

De acordo com o diretor da agência ambiental AQUA e outros funcionários e relatórios, o procedimento adequado para a eliminação de madeira apreendida, ilegal incluindo a madeira neste caso particular, é feito através de um leilão público.[129,130] Infelizmente, tanto segundo fontes da EIA como relatórios publicados anteriormente, a madeira apreendida e leiloada muitas vezes acaba por voltar à posse dos comerciantes originais de madeira ilegal.[131,132] Neste caso, a EIA soube em junho de 2021 que a madeira dos contentores devolvidos estava armazenada na propriedade privada de um indivíduo chamado Dusan Misic (ver imagem de satélite na Imagem 13, acima). No entanto, só em 3 de março de 2022 foi publicada uma notificação de um leilão de madeira apreendida, no Jornal de *Notícias*. Em maio de 2022, o Sr. Misic disse aos investigadores da EIA: "Esse leilão está terminado, mas comprei toda a madeira eu mesmo. 86 contentores." Com base nas imagens de satélite disponíveis, a madeira esteve continuamente na propriedade do Sr. Misic, tanto antes como depois do alegado leilão público.

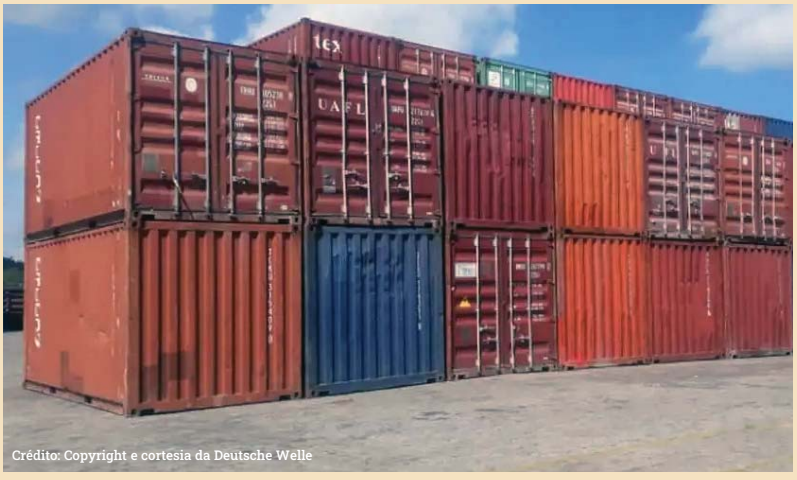
Quando lhe foi dado uma oportunidade de responder sobre estes assuntos, o Sr. Misic declarou à EIA que a madeira estava armazenada na sua propriedade porque o Tribunal Judicial de Cabo Delgado o nomeou como fiel depositário da madeira confiscada. Como fiel depositário, não podia participar no leilão público porque seria um conflito de interesse, e notou que a madeira foi vendida em leilão a uma empresa de Pemba, com a qual ele não tem qualquer relação de propriedade.

De acordo com a investigação da EIA, o leilão foi repleto de irregularidades processuais: os anúncios para leilão público não passaram pelos canais normais através de comunicados de imprensa para os meios de comunicação. Jornalistas confirmaram aos investigadores da EIA em maio de 2022 que não sabiam se algum leilão já tinha ocorrido. A partir de 3 de maio de 2022, os funcionários da Agência Nacional de Controlo da Qualidade Ambiental (AQUA) — a agência que supervisiona os leilões de madeira apreendida — disseram aos investigadores da EIA que, na medida do seu conhecimento, nenhum leilão tinha sido realizado. Alguns meses depois, ao serem informados de que tinha sido realizado um leilão, os responsáveis da AQUA declararam aos investigadores da EIA a sua convicção de que o leilão não tinha de ter sido tornado público através dos canais apropriados.



Crédito: Google Earth, imagens datadas de junho de 2021

Imagem 12
Toros de madeira dos contentores devolvidos, em propriedade privada.



Crédito: Copyright e cortesia da Deutsche Welle

Imagem 13
Contentores com madeira exportada ilegalmente para a China no porto de Pemba, maio de 2021.[128]



Grandes pilhas de troncos de pau-preto no porto de Zhangjiagang, Xangai (Fev 2024).

Crédito: EIA

PARA VENDA NA CHINA

Mobiliário de luxo

De acordo com os registos de embarque analisados pela EIA para 2019-2021, a maioria dos troncos importados pela China de Moçambique chegam aos portos de Ningbo, Shatian e Xangai,[133] e são armazenados e vendidos nos mercados de madeira próximos. Muitos desses troncos são vendidos a fábricas que fabricam pavimentos e móveis de qualidade, para serem vendidos online ou em lojas. Alguns dos artigos de hongmu, como os feitos de pau-preto, são encontrados em centros comerciais especializados em mobiliário de pau-rosa (Imagem 15). No segmento mais alto do mercado, os móveis de pau-preto são vendidos em lojas de luxo em toda a China por preços superiores a 100.000 dólares americanos. (Imagens 16-17).

Em 2008, a marca de moda de alta costura francesa Hermès associou-se a um designer chinês internacionalmente conhecido para criar a marca de luxo Shang Xia.[135] Shang Xia vende artigos para a casa e móveis feitos de Hongmu, e especificamente de pau-preto.[136] Os artigos desenhados e vendidos pela Shang Xia alcançaram renome internacional e foram adquiridos por prestigiadas casas de leilões e museus, incluindo a compra de uma caixa lacada de pau-preto pelo Museu Britânico.[137] Os investigadores da EIA confirmaram que, até novembro de 2023, um designer importante de mobiliário hongmu para a Shang Xia continua a obter pau-preto de Moçambique. As criações deste designer para a Shang Xia incluem um conjunto de cadeiras e mesa "Da Tian Di" com um preço aproximado de US$110.000 (RMB 800.000).[138] Atualmente, a Shang Xia mantém a sua sede boutique em Xangai, onde o conjunto "Da Tian Di" ainda é vendido (ver Imagem 16). Este mesmo conjunto parece ter sido vendido em algumas das localizações internacionais da Shang Xia, incluindo em Paris (ver Imagem 17)



Crédito: Wechat

Imagem 14
Imagens das redes sociais de um comerciante chinês, mostrando a transformação de toras importadas de Moçambique em armários de cozinha (Informações identificáveis desfocadas pela EIA).[134]



Imagem 15
Mobiliário de pau-preto (*Dalbergia melanoxylon*) à venda pelo equivalente a 115.000 dólares americanos num centro comercial de mobiliário de Pau-Rosa na província de Shandong (2023).



Crédito: EIA

Imagem 16
O conjunto de móveis "Da Tian Di" na loja da Shang Xia em Xangai (2023).



Crédito: Instagram

Imagem 17
Publicação no Instagram mostrando os móveis "Da Tian Di" na loja da Shang Xia em Paris, 2017.[139]



Crédito: News CN/新华网, outubro de 2016

Imagem 18
Sala de reuniões da cimeira do G20 com mesa redonda e cadeiras de Hongmu, em Hangzhou, China.[143]



Crédito: News CN/新华网, Outubro 2016

Imagem 19
Cadeiras de Pau-preto fornecidas a cada chefe de estado na cimeira.[144]



G20: Líderes mundiais sentados em madeira sombreada

Móveis feitos de madeira de Moçambique foram destaque na cúpula do G20 de 2016 em Hangzhou. A China aproveitou a oportunidade para mostrar a sua tradição de artesanato Hongmu, e encomendou uma produção de 1100 peças de mobiliário hongmu.[140] Todas as cadeiras para os chefes de estado, incluindo o Presidente Xi Jinping, foram feitas de pau-preto.[141] Os investigadores da EIA confirmaram que, até março de 2024, o fabricante continua a produzir estas cadeiras, cada uma das quais com um preço aproximado de US$5600 (RMB 39.900).[142]

CONCLUSÃO

Os traficantes de madeira estão a saquear as florestas de Moçambique, acelerando a rápida degradação florestal do país, aumentando a sua vulnerabilidade climática e financiando os insurgentes terroristas da ASWJ, que têm desestabilizado profundamente o país e os estados vizinhos ao longo dos últimos sete anos.

De acordo com a investigação da EIA, os traficantes de madeira conseguem branquear madeira, o que beneficia insurgentes violentos, em Montepuez antes de a moverem para vários portos, incluindo Pemba (Cabo Delgado), Beira (Província de Sofala) e Nacala (Província de Nampula). As principais companhias de transporte marítimo, incluindo a CMA-CGM, Maersk, MSC e UAFL, têm transportado esta madeira de conflito, juntamente com centenas de milhares de toros adicionais que saem do país ilegalmente em violação da proibição nacional de exportação de toros.

Este comércio de madeira ilegal e de conflito é possível devido à corrupção sistémica, frequentemente descrita como uma "cadeia de corrupção" que permeia cada etapa da cadeia de abastecimento, desde a floresta até o porto. Uma vez na China, as espécies de madeira de Moçambique são usadas para a produção de pisos e móveis de alta qualidade, que valem até dezenas de milhares de dólares
.
As companhias de transporte marítimo e os países importadores, como a China, devem alterar o seu modus operandi atual e ajudar a apoiar as autoridades moçambicanas, cumprindo as leis internas e as obrigações dos tratados internacionais, pondo fim a este comércio ilegal que está a destruir as florestas e a prejudicar o povo de Moçambique.

RECOMENDAÇÕES

As autoridades de Moçambique devem:

- Lançar uma investigação sobre a desenfreada exploração ilegal de madeira, transporte e comércio, e sancionar as empresas envolvidas em conformidade.
- Tomar medidas para combater eficazmente a corrupção em todo o setor florestal e madeireiro, incluindo o aumento de recursos para a seleção e formação de guardas florestais, e identificar e penalizar os infratores de alto nível.
- Continuar a implementar o plano de ação nacional para abordar os riscos de lavagem de capitais relacionados com a corrupção e o tráfico de vida selvagem.
- Aumentar urgentemente a transparência pública no setor, incluindo na gestão e leilão de ativos apreendidos, e estabelecimento de rastreabilidade nas cadeias de abastecimento de madeira.
- Implementar as revisões do rascunho do Código Florestal, para honrar os compromissos assinados na Declaração de Maputo de 2022 para proteger as florestas de Miombo.

As autoridades chinesas deveriam:

- Parar e apreender contentores que transportam toras de Moçambique, exportadas em violação da proibição nacional de exportação de toras.
- Investigar cidadãos chineses envolvidos no tráfico de madeira e fazer cumprir o Artigo 164 da Lei Criminal Nacional que criminaliza os subornos de funcionários públicos não chineses.
- Implementar o Artigo 65 do seu Código Florestal, abordando a legalidade dos produtos de madeira importados e desenvolvendo um registo de madeira e outros mecanismos de rastreabilidade;
- Cooperar com as autoridades moçambicanas para estabelecer um processo mútuo de verificação e troca de informações sobre os envios de madeira, para honrar os compromissos de combater o comércio ilegal de madeira a partir da declaração de Sunnylands de 2023 assinada pelos Presidentes Xi e Biden.
- Construir sobre o quadro de cooperação do memorando de entendimento entre a China e Moçambique, apoiando a capacidade de processamento em Moçambique para madeira de origem legal.

A CMA-CGM, Maersk e outras companhias de navegação devem:

- Suspender imediatamente a expedição de toros de madeira de Moçambique e exigir o mesmo às empresas de alimentação.
- Desenvolver e implementar um processo de triagem que impediria as empresas de enviarem rotineiramente madeira ilegal, incluindo ao solicitar o formulário, espécie e origem dos carregamentos de madeira antes do carregamento.

REFERÊNCIAS

1. "Mozambique battles illegal logging to save tropical forests," News24, Pemba, April 27, 2017, https://www.news24.com/News24/mozambique-battles-illegal-logging-to-save-tropical-forests-20170426.

2. Africa Olojoba and Karin Kaechele, "Results-based climate finance boosts sustainable forest conservation in Mozambique," World Bank Blogs, October 15, 2021, https://blogs.worldbank.org/nasikiliza/results-based-climate-finance-boosts-sustainable-forest-conservation-mozambique.

3. André Aquino et al., Mozambique Country Forest Note, The World Bank (2018), https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/e05de39a-1acb-5187-99fb-daf66c4b9a74/content.

4. Direcção Nacional De Florestas, Ministério Da Terra, Ambiente E Desenvolvimento Rural, Inventário Florestal Nacional (Maputo, Mozambique: 2018), https://web.archive.org/web/20220728160534/https://www.dinaf.gov.mz/wp-content/uploads/2022/03/Relato%CC%81rio-do-IV-Inventa%CC%81rio-Florestal-Nacional.pdf, Accessed on Jan 2, 2024.

5. Barstow, M. 2020. Dalbergia melanoxylon. The IUCN Red List of Threatened Species 2020: e.T32504A67798379. https://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2020-3.RLTS.T32504A67798379.en. Accessed on 05 April 2024, https://www.iucnredlist.org/species/32504/67798379#assessment-information

6. Bette Stockbauer-Harris, A 5000 Year History of Dalbergia Melanoxylon, African Blackwood Conservation Project (undated), https://www.blackwoodconservation.org/5000-year-history/.

7. Martin Jenkins, S. Oldfield, and T. Aylett, International Trade in African Blackwood, Fauna & Flora International, (Cambridge, UK: 2002). Accessed on Fundação para a Conservação da Biodiversidade (BIOFUND) website, https://biofund.org.mz/wp-content/uploads/2018/11/F1280.International-Trade-Inafrican-Blackwoodmartin-Jenkins-Sara-Oldfield-Tiffany-Ayle-Inttradeafbwood.pdf.

8. Stockbauer-Harris, A 5000 Year History.

9. 中华人民共和国国家标准 (English: National Standard of the People's Republic of China) GB/T 18107-2017 (2017, Dec 29) 红木Hongmu. General Administration of Quality Supervision, Inspection and Quarantine of the People's Republic of China, China National Standardization Administration Committee. http://c.gb688.cn/bzgk/gb/showGb?type=online&hcno=6E961C6DB78254EF883B5053D08BFA3B.

10. Barstow, Dalbergia melanoxylon.

11. Stockbauer-Harris, A 5000 Year History.

12. Environmental Investigation Agency (EIA), The Hongmu Challenge: A briefing for the 66th meeting of the CITES Standing Committee, United Kingdom, January 2016. https://eia-international.org/wp-content/uploads/EIA-The-Hongmu-Challenge-FINAL.pdf

13. Direcção Nacional De Florestas, Inventário.

14. Bette Stockbauer-Harris, Status Of Dalbergia Melanoxylon In The 21st Century – A Review Of The Literature, (undated), https://www.blackwoodconservation.org/conservation-status/.

15. EIA analysis of Chinese customs data, accessed via Trade Data Monitor. Trade Data Monitor, Inc. (n.d.). Accessed from https://www1.tdmlogin.com/tdm/default.asp.

16. 非洲众力进口材(User), "刺猬紫檀的高仿替代材料不只是高棉花梨这一种，还有同样产自莫桑比克的非洲黄檀木"(Eng: high quality substitutes for Pterocarpus erinaceus [kosso] are not limited to Pterocarpus angolensis [umbila], but also include Dalbergia from Mozambique), Weixin (social media platform), posted February 2023.

17. Catherine Rutherford et al, New Cites Regulations for Timber Species Afzelia, Khaya, and Pterocarpus, and Implications for African Exporters and Chinese and Vietnamese Importers, Forest Policy Trade and Finance Initiative brief, Forest Trends, February 2023, https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/2023/02/AfricanListingsCOP19Brief_formatted-PDF-FINAL-1.pdf.

18. Stockbauer-Harris, Status of Dalbergia Melanoxylon.

19. Advanced search results for country: "Mozambique," on the CITES Non-detriment findings database. Accessed February 2024. https://cites.org/eng/virtual-college/ndf?f%5B0%5D=country_idm%3A114.

20. "Ceremonial Throne of Tutankhamun," Ceremonial throne and footstool, from the Tomb of Tutankhamun , Thebes, Egypt. Egyptian civilization, New Kingdom, Dynasty XVIII. Cairo, Egyptian Museum, accessed at https://egypt-museum.com/ceremonial-throne-of-tutankhamun/.

21. Macqueen, Duncan (ed.), China in Mozambique's forests: a review of issues and progress for livelihoods and sustainability, research report, IIED (London: 2018), https://www.iied.org/13597iied.

22. EIA, African Log Export Bans Matter: Reforming Chinese Investment and Trade in Africa's Forest Sector, (United States: 2018) https://us.eia.org/wp-content/uploads/2018/09/AfricanLogBansMatter_HighRes.pdf

23. EIA analysis of Chinese customs data, accessed via Trade Data Monitor. Average of 2018-2023, aggregated at the

2-digit HS level.
24. EIA analysis of Chinese customs and UN Comtrade data. United Nations Statistics Division, UN Comtrade, International Merchandise Trade Statistics, Retrieved xxxx 2024 at http://comtrade.un.org/
25. "Mozambique battles illegal logging to save tropical forests," News24.
26. "Mozambique cracks down on illegal logging," Club of Mozambique, citing VOA Portugues, March 8, 2017, https://clubofmozambique.com/news/mozambique-cracks-illegal-logging/.
27. "Decreto n. º 12/2002 de 6 de Junho, Boletim da República, 2eme Suplemento, I SÉRIE - Número 22, 6 June, 2002, Accessed at https://faolex.fao.org/docs/pdf/moz61589.pdf.
28. "Decreto n. º 42/2017 de 10 de Agosto," Boletim da República, I SÉRIE — Número 125, August 10, 2017, https://gazettes.africa/archive/mz/2017/mz-government-gazette-series-i-dated-2017-08-10-no-125.pdf
29. Lei n. º 17/2023
https://faolex.fao.org/docs/pdf/moz223054.pdf
30. William Mapote, "Mozambique bans logging and export of six species of wood," Club of Mozambique, 10 April, 2018, https://clubofmozambique.com/news/mozambique-bans-logging-and-export-of-six-species-of-wood/
31. EIA, First Class Crisis: China's Criminal and Unsustainable Intervention in Mozambique's Miombo Forests (United Kingdom, 2014), https://eia-international.org/wp-content/uploads/First-Class-Crisis-English-FINAL.pdf
32. EIA, African Log Export Bans Matter.
33. "Mozambique cracks down on illegal logging," 2017.
34. EIA, African Log Export Bans Matter.
35. Direcção Nacional De Florestas, Inventário.
36. Sigrid-Marianella Stensrud Ekman et al., Chinese trade and investment in the Mozambican timber industry: A case study from Cabo Delgado Province, CIFOR, (Bogor, Indonesia: 2013), https://www.cifor.org/publications/pdf_files/WPapers/WP122Ekman.pdf
37. Chris Alden and Sérgio Chichava, "Cabo Delgado: 'Al Shabaab/ISIS' and the Crisis in Southern Africa," Policy Center for the New South, Policy Brief, PB-14/21, May 2021, https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/06/PB_14-21_Alden_Chichava.pdf.
38. "Mozambique," Global Centre for the Responsibility to Protect, November 30, 2023.
https://www.globalr2p.org/countries/mozambique/
39. Ibid.
40. "Mozambique – Displacement in Cabo Delgado Flash Update No. 1," ReliefWeb, October 5, 2023.
https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-displacement-cabo-delgado-flash-update-no-1-02-october-2023
41. Peter Bofin, "Islamic State Mozambique (ISM)," Actor Profile, The Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED), October 30, 2023,
https://acleddata.com/2023/10/30/actor-profile-islamic-state-mozambique-ism/
42. Ibid.
43. EIA analysis of ACLED data. "ACLED Codebook, 2019." Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED), www.acleddata.com.
44. "Mozambique," Global Centre for the Responsibility to Protect.
45. João Feijó, "The return to Cabo Delgado: Gas, war, and the emergence of Total Land," African Arguments, May 9, 2023, https://africanarguments.org/2023/05/the-return-to-cabo-delgado-gas-war-and-the-emergence-of-total-land/
46. Julia Stanyard, et al., "Insurgency, Illicit Markets and Corruption: the Cabo Delgado conflict and its regional implications," Global Initiative Against Transnational Terrorism, February 2022, https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2022/02/GITOC-ESAObs-Insurgency-illicit-markets-and-corruption-The-Cabo-Delgado-conflict-and-its-regional-implications.pdf.
47. Resolução n.º 55/2023 de 29 de Dezembro, "Relatório da Avaliação Nacional dos Riscos de Financiamento do Terrorismo," Boletim da Republica, 6.º SUPLEMENTO, I SÉRIE —Número 250, December 29, 2023,
https://www.bancomoc.mz/media/35saf4fq/relat%C3%B3rio-de-avalia%C3%A7%C3%A3o-nacional-e-estrat%C3%A9gia-nacional-de-combate.pdf.
48. Liesl Louw-Vaudran, "The many roots of Mozambique's deadly insurgency," Institute for Security Studies, September 8, 2022, https://issafrica.org/iss-today/the-many-roots-of-mozambiques-deadly-insurgency.
49. Stanyard, et al., "Insurgency, Illicit Markets and Corruption."
50. Resolução n.º 55/2023 de 29 de Dezembro, Boletim da Republica.
51. Henry Tugendhat and Sérgio Chichava, "Al-Shabaab and Chinese Trade Practices in Mozambique," War on the Rocks, September 23, 2021, https://warontherocks.com/2021/09/al-shabaab-and-chinese-trade-practices-in-mozambique/ , citing Saide Habibe, S. Forquilha, and J. Pereira, "Islamic Radicalization in Northern Mozambique: The Case of Mocímboa da Praia," Institute for Social and Economic Studies (IESE), September 2019, https://www.iese.ac.mz/wp-

REFERÊNCIAS

content/uploads/2019/12/cadernos_17eng.pdf
52. Habibe et al., "Islamic Radicalization in Northern Mozambique: The Case of Mocímboa da Praia."
53. EIA, Confidential interview (May 2023).
54. "Cabo Ligado Monthly: October 2023," Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED), November 20, 2023, https://www.caboligado.com/monthly-reports/cabo-ligado-monthly-october-2023.
55. "Cabo Ligado Monthly: November 2022," Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED), December 16, 2022, https://www.caboligado.com/monthly-reports/cabo-ligado-monthly-november-2022.
56. EIA, Confidential interviews (2021 and 2023).
57. EIA, First Class Connections: Log Smuggling, Illegal Logging, and Corruption in Mozambique, (United Kingdom, 2013), https://eia-international.org/report/first-class-connections/.
58. AIM, "Finally, charges brought against timber smugglers – Mozambique," Club of Mozambique, https://clubofmozambique.com/news/finally-charges-brought-against-timber-smugglers-mozambique/
59. Estacio Valoi, "Contrabando de madeira," Eyewitness blog, May 9, 2014, https://valoie.blogspot.com/2014/05/contrabando-de-madeira.html.
60. "Concessões Mineiras – Província De Cabo Delgado," Centro de Integridade Pública, July 6, 2021, https://www.cipmoz.org/pt/2021/07/06/concessoes-mineiras-cabo-delgado/.
61. EIA, confidential interviews (2021, 2022).
62. EIA, confidential interview (2023).
63. EIA, confidential interviews (2016, 2023).
64. "Statue of Alberto Chipande to be Erected in Pemba," High Commission for the Republic of Mozambique to the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, October 6, 2020, https://www.mozambiquehighcommission.org.uk/statue-of-alberto-chipande-to-be-erected-in-pemba.html
65. EIA, confidential interview (2023).
66. Stanyard, "Insurgency, Illicit Markets and Corruption."
67. EIA analysis of ACLED data.
68. "Cabo Ligado Monthly: December 2022," ACLED, January 18, 2023, https://www.caboligado.com/monthly-reports/cabo-ligado-monthly-december-2022.
69. "Cabo Ligado Weekly: 2-8 August," ACLED, August 10, 2024, https://www.caboligado.com/reports/cabo-ligado-weekly-2-8-august-2021.
70. Lusa, "Alerta terrorista força evacuação de aldeia em Moçambique," August 21, 2023, reported in DW.com, Deutsche Welle, https://www.dw.com/pt-002/alerta-terrorista-for%C3%A7a-evacua%C3%A7%C3%A3o-de-aldeia-em-mo%C3%A7ambique/a-66590150.
71. Changjin Sun et al., "Global Forest Product Chains," International Institute for Sustainable Development, June 2008, https://www.iisd.org/system/files/publications/china_sd_forest.pdf.
72. The Liberation Front of Mozambique (FRELIMO) is the ruling Party of the country, which has ruled Mozambique since the end of the country's civil war in 1992. Source: "Frelimo," Wikipedia.
73. Armando Nhatumbo, "Como destruir a prova do crime organizado," Savana, February 19, 2021, https://macua.blogs.com/files/savana-1415-19.02.2021.pdf.
74. Confidential interview (2023).
75. Joseph Hanlon, "Mozambique: Palma siege + unnecessary hunger; timber scandal," Club of Mozambique, 22 February 2021, https://clubofmozambique.com/news/mozambique-palma-siege-unnecessary-hunger-timber-scandal-by-joseph-hanlon-185051/.
76. AIM, "Mozambique: Three more containers of stolen timber recovered," Club of Mozambique, 27 July, 2021, https://clubofmozambique.com/news/mozambique-three-more-containers-of-stolen-timber-recovered-197664/ .
77. Stanyard, et al., "Insurgency, Illicit Markets and Corruption."
78. Ibid.
79. Ibid.
80. Confidential interviews (2023).
81. "Cabo Ligado Weekly: 21-27 November 2022," ACLED, 29 November 2022, https://acleddata.com/acleddatanew/wp-content/uploads/2022/11/Cabo-Ligado-PDF-Weekly-122.pdf .
82. "Cabo Ligado Weekly: 7-13 November 2022," ACLED, November 15, 2022; "Cabo Ligado Weekly: 21-27 November 2022," ACLED, 29 November 2022; "Cabo Ligado Monthly: December 2023," ACLED, January 19, 2024; and "Cabo Ligado Update: 22 January-4 February 2024," ACLED, February 8, 2024.
83. Jonas Wazir, "Illegal logging menace continues in Mozambique's Cabo Delgado province," Space for Giants, 15 December 2022, https://www.spaceforgiants.org/latest/mozambique-illegal-logging-menace-continues-in-cabo-delgado .
84. Tao Hsu, A. Lucas, and V. Pardieu, "Mozambique: A Ruby Discovery for the 21st Century," Gemological Institute of America (GIA), December 3, 2014, https://www.gia.edu/gia-news-research-mozambique-expedition-ruby-discovery-new-millennium.
85. Confidential interview (2023).

86. Confidential interviews (2023).
87. Wazir, "Illegal Logging Menace."
88. AIM, "Mozambique: Multisector team dismantles illegal timber yard," Club of Mozambique, 21 September 2021, https://clubofmozambique.com/news/mozambique-multisector-team-dismantles-illegal-timber-yard-201283/.
89. EIA, First Class Connections.
90. Wazir, "Illegal logging menace."
91. Confidential interviews (2023).
92. Ibid.
93. Xinhua News Agency, "Mozambique loses over 260,000 hectares of forest each year," CGTN, 29 July 2023, https://news.cgtn.com/news/2023-07-29/Mozambique-loses-over-260-000-hectares-of-forest-each-year-1lPezRwhBjW/index.html.
94. The Overseas Coastal Area Development Institute of Japan, "The Preparatory Survey on Nacala Port Development Project in the Republic of Mozambique: Final Report," Japan International Cooperation Agency, June 2011, https://openjicareport.jica.go.jp/pdf/12030847_01.pdf.
95. Ed Richardson, "Maersk Ships Mozambique Head Office to Beira," Freight and Trading Weekly, (Johannesburg, South Africa: November 2012), https://www.acismoz.com/wp-content/uploads/2017/06/FWT%20MOZ%202012.pdf.
96. EIA, confidential interviews (2022, and 2023, c)
97. EIA analysis of Chinese customs data, accessed via TDMonitor.
98. Zitamar News, "Chinese Businessmen in Sofala Export Thousands of Tonnes of Illegal Logs, Data Shows," December 5, 2022, Accessed on Internet Archive Wayback Machine, https://web.archive.org/web/20230408144828/https://zitamar.com/chinese-businessmen-sofala-export-thousands-tonnes-illegal-logs-data-shows/ .
99. Aquino et al., "Mozambique Country Forest Note."
100. Macqueen, Duncan (ed.), "China in Mozambique's forests."
101. Fred Kockott, "Mozambique's newly empowered rangers, courts catch up with poachers, loggers," Mongabay, Nov 19, 2019, https://news.mongabay.com/2019/11/mozambiques-newly-empowered-rangers-courts-catch-up-with-poachers-loggers/.
102. Zitamar News, "Chinese Logger Exports Thousands of Tonnes of Mozambican Timber in Defiance of Ban," February 2, 2023, Accessed on Internet Archive Wayback Machine, https://web.archive.org/web/20230408144839/https://zitamar.com/chinese-logger-exports-thousands-of-tonnes-of-mozambican-timber-in-defiance-of-ban/ .
103. Mapote, "Mozambique bans logging and export of six species of wood."
104. Confidential interviews (2023).
105. Ibid.
106. Shipping data shared with EIA.
107. Shipping data shared with EIA.
108. EIA and Sayari analysis of Chinese shipping data, provided from Sayari (2024).
109. EIA confidential interviews (2021 and 2022).
110. Le Marin, "CMA CGM mise sur le Mozambique et la Somalie," Ouest-France, 29 January 2014, https://lemarin.ouest-france.fr/shipping/cma-cgm-mise-sur-le-mozambique-et-la-somalie-a8ea9bce-d0ac-4152-88f9-6ff4d5c408a9.
111. CMA CGM, "Subject: Advisory # 854 Rovuma Pearl Express Service _ April 2021," Client Advisory, April 9, 2021, https://www.cma-cgm.com/static/MZ/attachments/CMA%20CGM%20Advisory%20nr%20854%20_%20ROVUMA%20PEARL%20EXPRESS%2009042021.pdf.
112. CMA CGM, "Timber Situation in Mozambique," May 8, 2017, https://www.cma-cgm.com/local/mozambique/news/18/timber-situation-in-mozambique.
113. Zitamar News, "Shipping giant Maersk found sailing illegal timber from Mozambique to China," March 16, 2023, https://www.zitamar.com/shipping-giant-maersk-found-sailing-illegal-timber-from-mozambique-to-china/.
114. Ibid.
115. "Maersk Mozambique – VMS Week 13, Maersk Line" (slide show presentation), uploaded by Prezi user Mahomed Hassan, Prezi, March 31, 2015, https://prezi.com/8avragapay8a/maersk-mozambique-vms-week-13/.
116. Confidential interview (2023).
117. "General Information tab: Comoros Shuttle," United Africa Feeder Line (UAFL), accessed March 5 2024, https://www.uaflshipping.com/home/RouteSchedules?ID=7.
118. "CMA CGM adds Mtwara call to Noura Express," Alphaliner Weekly Newsletter, October 2023, https://public.alphaliner.com/wp-content/uploads/2023/06/alphalinernewsletter10-2023.pdf.
119. "UAFL Loop 1," (undated), Maersk, https://www.maersk.com/local-information/imea-feeder-shipping-routes/uafl-loop-1 .
120. Lusa, "Mozambique: Over 100 Containers of Illegal Timber Seized in Pemba Port," Club of Mozambique, August 18, 2020, https://clubofmozambique.com/news/mozambique-over-100-containers-of-illegal-timber-seized-in-pemba-port-169029/.
121. Lusa, "Mozambique: Authorities aim to seize Chinese-

REFERÊNCIAS

owned ship carrying smuggled timber," Macau News Agency, https://www.macaubusiness.com/mozambique-authorities-aim-to-seize-chinese-owned-ship-carrying-smuggled-timber/.

122. Information shared with EIA, 2021.

123. Marine Traffic Global Ship Tracking Intelligence, www.marinetraffic.com, last accessed March 2024.

124. "Container enquiry" (website tool), DP World, http://www.dubaitrade.ae/en/enquiry , last accessed March 2024.

125. "Shipment & Container Tracking" (website tool), Maersk, https://www.maersk.com/tracking/, accessed April 2024.

126. Nhatumbo, "Como destruir a prova do crime organizado."

127. EIA, Shipping Industry: Where There is a Will There is a Way, Press Release, United States, May 26, 2021, https://us.eia.org/press-releases/20210527-containers-of-stolen-illegal-timber-return-to-mozambique/.

128. Deutsche Welle (DW),, "PGR recupera madeira exportada ilegalmente para a China," May 17, 2021, https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-procuradoria-recupera-madeira-exportada-ilegalmente-para-a-china/a-57551844.

129. EIA confidential interviews (2022).

130. Ekman et al., Chinese trade and investment in the Mozambican timber industry.

131. Ibid.

132. Macqueen, "China in Mozambique's forests."

133. Shipping data shared with EIA.

134. 非洲众力进口才(user account), "非洲黑酸枝最近开始有点市场了," posted from Anhui, February 28,2023, Wechat, Tencent Holdings.

135. Faye Bradley, "Why Shang Xia is known as the 'Chinese Hermès': the fashion brand merges cultural tradition and innovation and is already loved by celebrities, but will it ever be as investment-worthy as the Birkin?," March 14, 2023, South China Morning Post, Style section, https://www.scmp.com/magazines/style/luxury/article/3213470/why-shang-xia-known-chinese-hermes-fashion-brand-merges-cultural-tradition-and-innovation-and.

136. Ke Zhang, C. Hin Keong, et al, China's Rosewood Market Survey, Traffic International, (Cambridge, United Kingdom: 2022), https://www.traffic.org/site/assets/files/19229/rosewood_market_full_report_final.pdf.

137. "Box,", Purchased from Shang Xia, Registration Number 2017, 3043.1, The British Museum, https://www.britishmuseum.org/collection/object/A_2017-3043-1.

138. EIA interviews (2023).

139. NYCParisHK (User account), "Shang Xia," (Linked location: Shangxia store, Paris, France), Instagram, April 30, 2017, https://www.instagram.com/p/BThWeB1gw58/.

140. 名堂红木 (User account), "背后的故事:揭秘G20主会场的红木家具设计"(English: The story behind the scenes: revealing the rosewood furniture design at the G20 main venue hall) (social media post), Weixin, Tencent Holdings Limited. May 9, 2016, retrieved from https://mp.weixin.qq.com/s/KPWrRyorD2IbY8ltlZuQSQ.

141. Ibid.

142. EIA interview (2024).

143. "Xi Jinping Chairs G20 Hangzhou Summit and Delivers an Opening Speech," G20:2016 China, September 9, 2016, citing the official website of the Ministry of Foreign Affairs, http://www.g20chn.org/English/Dynamic/201609/t20160909_3416.html

environmental investigation agency

EIA US
PO Box 53343
Washington DC 20009 USA
T: +1 202 483-6621
E: info@eia-global.org
us.eia.org

EIA UK
62-63 Upper Street,
London N1 0NY UK
T: +44 (0) 20 7354 7960
E: ukinfo@eia-international.org
eia-international.org